

Transições ocupacionais e tempo investido no mercado de trabalho brasileiro por cor e por sexo entre 2012 e 2021¹

Occupational transitions and time invested in the Brazilian labor market by color and gender between 2012 and 2021

Sandro Eduardo Monsueto ^a

Carolina Guinesi Mattos Borges ^b

Mariangela Furlan Antigo ^c

Resumo: Este artigo analisa o padrão de transição ocupacional e as frações de tempo em cada estado, além da influência da ocupação inicial sobre a trajetória de mobilidade. Com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T), são estimadas tábuas de vida multiestado e matrizes de probabilidades de transição entre ocupações de maior ou menor nível socioeconômico e desocupação/inatividade, bem como modelos de probabilidade. Os resultados mostram que brancos alocam uma maior parcela do tempo em ocupações com alta qualificação. Também revelam uma dependência temporal da situação ocupacional anterior, evidenciando dificuldades para realizar transições entre segmentos, principalmente entre pretos/pardos.

Palavras-chave: mercado de trabalho; transição; classe ocupacional; sexo; cor.

Classificação JEL: J60; J62.

Abstract: This article analyses the occupational transition and time fractions in each state, as well as the influence of the initial occupation on the mobility trajectory. PNADC/T data is used to analyse multi-state life tables and matrices of transition probabilities between occupations of higher or lower socioeconomic status and unemployment/inactivity are calculated, as well as the estimation of probability models. The results show that whites allocate a greater share of their time to higher status occupations. The estimates also show a temporal dependence on the previous occupational situation, highlighting difficulties in making transitions between segments, especially among blacks/browns.

Keywords: Labour market; transition; socioeconomic occupations; sex; color.

¹ Este estudo contou com o apoio financeiro da Fapemig (Edital 01/2018 – Demanda Universal, Processo APQ-02814-18).

^a Docente FACE/UFG e Bolsista Produtividade Cnpq. E-mail: monsueto@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2155-012X>

^b Mestre em economia. E-mail: cg835@cam.ac.uk. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4754-7794>.

^c Docente FACE/UFG. E-mail: maantigo@cedeplar.ufmg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3444-792X>

JEL Classification: J60; J62.

1. Introdução

A inserção no mercado de trabalho é um instrumento pelo qual muitos trabalhadores podem atingir níveis de renda superiores ao da linha da pobreza. Deste modo, a estrutura do mercado, principalmente em termos de segmentação e segregação ocupacional, ou seja, a forma como os indivíduos se encontram distribuídos em distintos postos de trabalho e níveis de rendimento, pode se constituir em importante meio de combate ou de ampliação das diferenças salariais, refletindo as desigualdades sociais existentes no país, como, também, possíveis desigualdades adicionais, dada a presença de segmentação e de discriminação de sexo e de cor. Se a estrutura ocupacional é importante para explicar a diferença de rendimentos entre grupos de indivíduos, então a forma como os trabalhadores mudam de condição ocupacional (inativo, ocupado ou desocupado) ou, uma vez ocupados, a forma como conseguem sair de determinado segmento ocupacional pode alterar a configuração deste diferencial. Por outro lado, a segmentação e a segregação ocupacional são fenômenos que limitam a mobilidade dos trabalhadores entre situações ou condições ocupacionais e tipos de emprego, fazendo com que, entre outros efeitos, uma mudança de situação ocupacional apenas reproduza a estrutura desigual de alocação da mão de obra ao longo do tempo, sem significar melhoras na condição social do indivíduo – Davia (2006), Ruesgas et al. (2014) e Bachmann et al. (2020).

A literatura empírica tem analisado de forma mais intensa a probabilidade de mobilidade e seus efeitos sobre a remuneração, mas ainda é escassa a análise do tempo investido em cada condição ocupacional ou em cada tipo de ocupação ou posto de trabalho. Desta forma, o presente artigo visa contribuir com esta lacuna, analisando a parcela de tempo que grupos de trabalhadores gastam na condição de desocupação/inatividade ou ainda, uma vez ocupados, atuantes em ocupações de maior ou menor nível socioeconômico, definido segundo características do nível de competência e funções desempenhadas. Também se analisa o impacto da situação inicial do indivíduo no mercado de trabalho sobre a probabilidade de mudança ocupacional futura segundo o tipo de ocupação. Para tanto, é utilizada a análise de tabelas de multiestado e modelos de probabilidade sobre os dados do mercado de trabalho brasileiro, segmentando a análise por sexo e segundo cor.

A importância de analisar tanto a mobilidade ocupacional como o tempo investido em cada condição no mercado de trabalho ou em cada tipo de ocupação está em melhor entender os efeitos da segmentação do mercado de trabalho, que pode gerar grupos de trabalhadores com baixo estoque de experiência e de capital humano específico, sem futuro profissional definido. Estes trabalhadores tendem a possuir maior dificuldade de realocação profissional e provavelmente estarão mais vulneráveis às mudanças involuntárias de emprego ou de condição de ocupação – Santos et al (2021). Uma implicação prática é a de que as políticas públicas que visam à equalização salarial não devem levar em consideração apenas a situação ocupacional presente dos trabalhadores, mas também devem considerar o nível e a qualidade entre condição de ocupação e tipos de emprego.

O restante do artigo está dividido em mais quatro seções, em que a primeira apresenta uma síntese da literatura empírica sobre a análise da mobilidade ocupacional, destacando a lacuna na análise do tempo gasto em cada condição e tipo de ocupação. Em seguida, a base de dados e a metodologia são apresentadas. A discussão dos resultados encontrados e as considerações finais fecham o trabalho, com algumas implicações para a política pública.

2. Revisão bibliográfica

A literatura empírica brasileira tem destacado o papel da estrutura ocupacional do mercado de trabalho nacional tanto no sentido de refletir as desigualdades sociais existentes no país, como também de gerar desigualdades adicionais, dada a presença de segmentação e de discriminação de gênero e de raça (Barros e Mendonça, 1995; Soares e Oliveira, 2004; Matos e Machado, 2006; Barros et al., 2007; Maciel e Oliveira, 2018). Como mostram Barros et al. (1997), o mercado de trabalho brasileiro pode atuar como gerador e como amplificador de desigualdades, mas também como uma importante fonte de saída para situações de muito baixo nível de renda ou de pobreza. Isto é, a inserção no mercado de trabalho é um instrumento pelo qual trabalhadores podem atingir níveis de renda superiores ao da linha da pobreza. Deste modo, a estrutura do mercado, principalmente em termos de segmentação ocupacional, pode se constituir em importante meio de combate ou de ampliação das diferenças salariais – Amadeo et al. (1994), Ruesgas et al. (2014) e Higano et al. (2023).

Se a estrutura ocupacional é importante para explicar os diferenciais de rendimentos entre grupos de indivíduos, então a forma como os trabalhadores mudam de condição ocupacional (inativo, ocupado ou desempregado) ou, uma vez empregados, a forma como conseguem sair de determinado segmento ocupacional, podem ser determinantes destes diferenciais. Análises internacionais mostram evidências de que trabalhadores podem utilizar a mobilidade ocupacional para sair de situações precárias, como informalidade ou elevada incidência de desemprego involuntário – Holzer et al. (2003), García Pérez e Sanz (2005) e Davia (2006).

Por outro lado, a segmentação e a segregação ocupacional, definidas respectivamente pela distribuição dos trabalhadores entre setores ou condição de ocupação e as restrições de entrada ou saída destas condições, são fenômenos que limitam a mobilidade, gerando, inclusive, efeitos diferenciados sobre a remuneração de diferentes grupos demográficos (Bachmann et al., 2020). Como consequência, o mercado de trabalho pode exibir um padrão de mobilidade entre situações e tipos de ocupações que apenas reproduza a desigualdade de alocação da mão de obra ao longo do tempo, sem representar uma mudança significativa na condição social dos indivíduos. Em geral, as evidências empíricas parecem mostrar que a taxa de mobilidade é maior entre os homens do que para as mulheres, sendo que os primeiros tendem a se beneficiar mais da mudança de ocupação (Gabriel, 2003; Parrado e Wolf, 1999) e que os grupos de maior renda são mais estáveis (Parrado et al., 2007). Também se observa alguma limitação na mobilidade ocupacional em direção a ocupações de alto rendimento, devido à presença de elementos de

discriminação por raça e gênero, informação imperfeita a respeito das oportunidades de emprego, redes de emprego deficientes e a preferência dos agentes (Holzer et al., 2003). A distribuição desigual de estoque de capital humano e de recursos financeiros também são encontrados como elementos que limitam tanto a mobilidade como seus efeitos sobre os rendimentos e bem-estar dos trabalhadores, como mostram, por exemplo, Paci e Serneels (2007) ao analisar a mobilidade ocupacional entre segmentos de formais e informais.

Para o caso específico do Brasil, Neri et al. (1997) mostram uma clara distinção do comportamento da mobilidade para trabalhadores formais e informais, sendo esta significativamente mais elevada para os indivíduos com menor nível de experiência. Além disso, o padrão de mobilidade é diferenciado por gênero e raça, de forma que as mulheres e os negros brasileiros estariam sobre-representados em ocupações de baixa remuneração e apresentariam trajetórias ocupacionais nem sempre favoráveis, como por exemplo, um excesso de mobilidade descendente e um menor prêmio salarial por mudar de ocupação (Oliveira e Machado, 2000; Pinto e Neri, 2000). Para o mercado de trabalho brasileiro, Ruesgas et al. (2014) apresentam estimativas que mostram efeitos que a mobilidade entre segmentos ocupacionais pode exercer no diferencial de remunerações segundo sexo. Santos et al. (2021) mostram que as transições ocupacionais são mais importantes para explicar a probabilidade de desemprego futuro entre as mulheres. Higano et al. (2023) encontram um impacto mais positivo da mobilidade ascendente entre os trabalhadores de maiores salários.

Resultados anteriores também mostram evidências de que a segmentação do mercado de trabalho pode gerar grupos de trabalhadores com baixo estoque de experiência e de capital humano específico, sem futuro profissional definido. Estes trabalhadores tendem a possuir maior dificuldade de realocação profissional e provavelmente estarão mais vulneráveis às mudanças involuntárias de emprego ou de condição de ocupação (Carrijo, et al., 2020). Os resultados parecem evidenciar ainda a existência de um excesso de mobilidade involuntária entre os trabalhadores mais pobres ou entre grupos demográficos específicos. Tal mobilidade, de acordo com a visão dos *matchs* ocupacionais, tende a gerar impacto negativo sobre o salário e sobre o bem-estar dos indivíduos – McLaughlin (1991). Biron e Machado (2022) mostram que o mercado de trabalho brasileiro apresenta dificuldades de absorver a mão de obra feminina em tempos de crise econômica após o período de desemprego. Gomes et al. (2019) evidenciam que as chances de transição entre as condições de emprego no mercado de trabalho são distintas, fazendo com que determinados grupos demográficos sejam mais desfavorecidos, sobretudo em momentos de crise econômica.

Parece haver um consenso na literatura empírica sobre o duplo impacto da estrutura ocupacional sobre a desigualdade. De um lado, a mobilidade ocupacional é importante para explicar a remuneração e a existência de diferenciais de remuneração. Por outro, a segmentação e a segregação ocupacional são fenômenos que limitam a mobilidade de trabalhadores, fazendo com que, entre outros efeitos, uma mudança de ocupação apenas reproduza a estrutura desigual. Desta forma, analisar o padrão de mobilidade entre os diferentes grupos demográficos pode contribuir para entender as origens das desigualdades salariais geradas dentro do próprio mercado de trabalho.

Contudo, a mesma literatura empírica tem dedicado pouco tempo para discutir sobre o tempo em que os indivíduos permanecem em cada estado do mercado de trabalho, como inativo, ocupado e/ou desempregado, e em cada segmento de ocupações, além do impacto da condição inicial sobre a trajetória do trabalhador. Carrijo et al. (2020), por exemplo, evidenciam que a escolha ocupacional dos mais jovens pode condicionar o padrão de mobilidade dos indivíduos. Desta forma, o presente artigo busca contribuir com essa lacuna, analisando o tempo em que os trabalhadores tendem a permanecer em seus respectivos estados ocupacionais no mercado de trabalho brasileiro, definidos como a condição de desocupado ou inativo ou em ocupações de distintos níveis socioeconômicos.

3. Metodologia

A base de dados utilizada nesse trabalho é a Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua Trimestral (PNADC/T), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o período de 2012 a 2021. Uma das principais vantagens do banco de dados gerado por essa pesquisa é a possibilidade de se fazer o acompanhamento do indivíduo, dado que as entrevistas seguem um esquema rotativo 1-2(5). Cada domicílio é entrevistado cinco vezes ao longo de cinco trimestres, sendo entrevistado por um mês e depois deixando a amostra nos dois meses seguintes. Como esse esquema de rotação se repete cinco vezes, é possível criar um painel que acompanha o indivíduo. São usadas informações de indivíduos em seu período inicial (momento da primeira entrevista) e um trimestre depois (segunda entrevista), considerados os estados no mercado de trabalho: ocupações de maior ou menor nível socioeconômico e desocupação/inatividade. Dado que o IBGE não fornece a identificação individual, empregamos uma metodologia semelhante à utilizada por Ribas e Soares (2009) e Osorio (2022) para rastrear o indivíduo e, assim, criar um painel para a PNAD Contínua. Para o pareamento das entrevistas foram consideradas as seguintes variáveis da PNAD Contínua: data de nascimento dos indivíduos (dia, mês e ano), sexo, Unidade Federativa (UF), Unidade Primária de Amostragem (UPA), estrato, número do domicílio e número do painel, uma vez que essas características permanecem constantes ao longo do tempo.

A Tabela 1 compara o tamanho do painel a partir da primeira entrevista. De modo geral, mais de 75% das observações foram pareadas entre a primeira e a segunda entrevista. Caso se considere as cinco entrevistas, contudo, há uma perda de 44% da amostra. Uma perda expressiva da amostra poderia acarretar um potencial viés de seleção². Portanto, são usadas informações de indivíduos, comparados em seu período inicial (momento da primeira entrevista) e um trimestre depois (segunda entrevista), considerando os ocupados

² É importante destacar que Borges (2022) demonstra, por meio da aplicação da mesma metodologia para a criação do painel, que não há viés de seleção ao utilizar os dados em painel da primeira e segunda entrevista da PNADC/T. A análise gráfica realizada pela autora, envolvendo três indicadores do mercado de trabalho brasileiro (taxa de desemprego, inatividade e ocupação), revela que os dados em painel mostram um bom ajuste em comparação aos dados em cross-section. Ambas as análises seguem a mesma tendência.

de acordo com a qualidade da ocupação, desocupados e inativos. Além disso, a mobilidade ocorre (ou não) em algum período do ciclo de vida do indivíduo.

Tabela 1: Comparação entre o tamanho do painel a partir da primeira entrevista

	Entrevista	Número de observações	Perda da amostra no painel	Painel com adultos entre 30 e 64 anos
	1 ^a	4174244	-	-
	1 ^a e 2 ^a	3193774	23.489	2.008.983
Painel entre a	1 ^a , 2 ^a e 3 ^a	2833589	32.117	1.780.449
	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a e 4 ^a	2560487	38.660	1.607.691
	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a e 5 ^a	2338383	43.981	1.467.502

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/T.

Dois métodos de análise são utilizados para entender a forma como os indivíduos transitam entre estados do mercado de trabalho. A primeira metodologia adota as tábuas de vida multiestado, na qual matrizes de probabilidades de transição entre os estados do mercado de trabalho consideram as probabilidades de óbito a cada idade. Dessa forma, as matrizes apresentam como vantagem uma aproximação mais fidedigna da realidade das transições individuais (Guimarães et al., 2010). É importante destacar que, assim como Guimarães et al. (2010), assume-se o pressuposto de que a mortalidade é neutra para a ocupação de acordo com a qualidade, desocupação e inatividade. Apesar de ser um pressuposto forte, as autoras ressaltam não só a dificuldade de encontrar estimativas robustas diferenciando as taxas de mortalidade para os estados do mercado de trabalho brasileiro, mas também a falta de exercícios e estudos para tais estimativas. No intuito de obter as probabilidades de sobrevivência, as tábuas de vida estimadas pelo Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2017) foram usadas para os decênios 2010-2020 e 2020-2030.

A construção das tábuas de vida multiestado foi realizada para grupos de homens e mulheres nos estados do mercado de trabalho, a saber: ocupação, que pode ocorrer em ocupações classificadas em alta, média e baixa qualidade; e desocupação ou inatividade. Essa classificação socioeconômica da qualidade das ocupações em que os trabalhadores estão inseridos é baseada em Jorge et al. (1984) e na Classificação Brasileira das Ocupações (CBO) de 2002 e adaptada para a Classificação Brasileira de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD) do IBGE. O Quadro 1 apresenta os grupos ocupacionais associados à classificação³. As ocupações são organizadas em uma estrutura hierárquica de acordo com a função performada na COD e os grupos são agregados por habilidades cognitivas

³ Cabe ressaltar que as ocupações relacionadas à serviços domésticos não foram consideradas, uma vez que demandam uma análise diferente do restante do mercado de trabalho. Também não foram consideradas as ocupações relacionadas aos Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares.

semelhantes exigidas para aquele trabalho, ou seja, pela complexidade das tarefas executadas. Dessa forma, a classificação socioeconômica considera a posição na ocupação como uma aproximação para diferentes formas de inserção nos meios de trabalho com base nas tarefas executadas e na hierarquia daquela função dentro do ambiente de trabalho.

Quadro 1: Classificação socioeconômica das ocupações⁴

Grupo ocupacional principal baseado na COD	Classificação socioeconômica das ocupações
Dirigentes e gerentes Profissionais das ciências e intelectuais	Alta
Técnicos e profissionais de nível médio Trabalhadores de apoio administrativo	Média
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios, Operadores de instalações e máquinas e montadores Ocupações elementares	Baixa

Fonte: Elaboração própria.

Os passos para a construção das tábuas de vida multiestado seguiram a metodologia proposta por Rogers et al. (1989), Guimarães et al. (2010) e Muniz (2020). O primeiro passo desse método é calcular a proporção de sobreviventes em cada estado condicionada à sobrevivência à idade que os indivíduos tinham cinco anos atrás, $S(x - 5)$. O x , portanto, representa a idade dos indivíduos:

$$S_{ij}(x - 5) = \frac{K_{ij}(x)}{\sum_{k=1}^m K_{ik}(x)} \quad (1)$$

No qual, $K_{ij}(x)$ representa o número de pessoas que estavam no estado i no tempo $t - 5$, ou seja a condição no mercado de trabalho em que as pessoas se encontravam cinco anos antes, e passaram para o estado j no tempo t , ou seja. a condição no mercado de trabalho no período presente. No denominador, o somatório representa a soma de todos os indivíduos que transitaram ou permaneceram na mesma condição do mercado de trabalho no tempo t . Dessa forma, a proporção de sobrevivência em cada estado depende das

⁴ As ocupações correspondentes a cada grupo estão disponíveis em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/T_rimestral/Microdados/Documentacao/Estrutura_Ocupacao_COD.xls. Acesso em dez/2023.

proporções de sobrevivência dos grupos etários quinquenais a partir dos 15 anos de idade, pois as informações disponíveis referem-se apenas aos indivíduos que sobreviveram no momento $t + 5$. Exemplificando a equação (1), a probabilidade de um trabalhador que se encontra desocupado em 2010 transitar para uma ocupação de baixa qualidade segundo a classificação socioeconômica em 2015 é igual ao número de pessoas que estavam desocupadas em 2010 e que transitaram para uma ocupação de baixa qualidade em 2015, dividido pelo número total de pessoas que se encontravam no mercado de trabalho para uma determinada faixa etária.

No intuito de obter a tábua de vida multiestado, as proporções condicionais devem ser transformadas em probabilidades das idades, x :

$$P(x) = \frac{1}{2} \times (S(x - 5) + S(x)) \quad (2)$$

Além disso, é crucial levar em conta a possibilidade de óbito durante a análise. Esse aspecto pode ser tratado utilizando uma matriz diagonal que incorpora uma função de mortalidade ($P_o(x)$):

$$P_d(x) = P(x) \times P_o(x) \quad (3)$$

Em que $P_d(x)$ é a matriz de probabilidades de transição descondicionalizada e $P(x)$ representa as probabilidades de transição condicional à sobrevivência. As probabilidades descondicionalizadas revelam a chance que um indivíduo tinha, a cada idade, de permanecer na mesma condição do mercado de trabalho do período anterior (que no nosso caso é a condição que a pessoa se encontrava no mercado de trabalho cinco anos antes), levando-se em consideração a probabilidade de óbito a cada faixa etária (Guimarães et al., 2010). As probabilidades de transição entre cada uma das condições do mercado de trabalho, isto é, ocupação de acordo com a classificação socioeconômica, desocupação e inatividade, também são um produto da tabela de vida multiestado.

Conforme Guimarães et al. (2010), o número esperado de sobreviventes que estarão no estado j entre os indivíduos vivos atualmente no estado i na idade x pode ser obtido da seguinte forma:

$$l_{ij}(x + 5) = \sum_{k=1}^m l_{ik}(x) \times P_d(x) \quad (4)$$

Já o número esperado de óbitos entre as idades x e $x + 5$ entre os indivíduos que se encontravam no estado i na idade x é dado por:

$$d_{ij}(x) = l_{ij}(x) - l_{ij}(x + 5) \quad (5)$$

Com base nisso, o tempo médio de anos vividos no estado j entre as idades x e $(x + 5)$ pelos indivíduos que sobreviveram no estado i na idade x pode ser representado por⁵:

$$L_{ij}(x) = \frac{5}{2} \times (l_{ij}(x) + l_{ij}(x + 5)) \quad (6)$$

Em pessoas-anos, o tempo total a ser vivido além da idade, x , pela coorte $l_{ij}(x)$ por condição no mercado de trabalho é determinado por:

$$T_{ij}(x) = \sum_{x=15}^{\omega} L_{ij}(x) \quad (7)$$

Destaca-se que o ω no somatório no presente estudo representa a faixa etária de 55 anos ou mais de idade. Assim, o número de pessoas de idade x no estado i é dado por:

$$l_i(x) = \sum_{k=1}^m l_{ik}(x) \quad (8)$$

O indicador-síntese dos estados do mercado de trabalho, portanto, é obtido por meio da esperança de vida além da idade x para as $l_i(x)$ pessoas da coorte por condição no mercado de trabalho, ou estado, original:

$$e_{ij}(x) = \frac{T_{ij}(x)}{l_i(x)} \quad (9)$$

Portanto, pela equação 9 tem-se a média dos anos a serem vividos em uma determinada condição do mercado de trabalho, como inatividade, com base na expectativa de vida além da idade x das pessoas que se encontravam originalmente inativas dividida por todo o mercado de trabalho considerado na idade x , ou seja, o somatório das pessoas em ocupações de alta, média e baixa qualidade, bem como na desocupação e na inatividade na idade x .

A segunda metodologia adotada baseia-se em uma análise econométrica multivariada, através da estimativa de modelos logit multinomial com dados empilhados para todo o período (2012-2021). Com esse modelo é possível entender como as mudanças no conjunto de variáveis explicativas afetam a probabilidade de um indivíduo se encontrar em uma das possibilidades da classificação socioeconômica, ou seja em uma ocupação alta, média ou baixa, na desocupação ou na inatividade. Além disso, dado o caráter longitudinal da PNADC/T, é possível analisar como as variáveis explicativas influenciam a mobilidade

⁵ O cálculo da probabilidade de transição condicional à sobrevivência para o primeiro e o último grupo etário é realizado conforme Guimarães et al., 2010.

entre as condições do mercado de trabalho ou a imobilidade, que é representada pela permanência naquela condição do mercado de trabalho.

São estimados dois conjuntos de modelos. O primeiro usa como variável dependente a probabilidade do indivíduo se encontrar em uma de quatro situações no mercado de trabalho: ocupação de alta qualidade, ocupação de média qualidade, ocupação de baixa qualidade e desocupação ou inatividade. Os modelos são estimados separadamente para homens brancos, homens pretos e pardos, mulheres brancas e mulheres pretas e pardas com idade entre 30 e 64 anos. Considera-se entre as variáveis do conjunto de explicativas, informações sobre a condição no mercado de trabalho do indivíduo no momento de sua primeira entrevista ($t=0$). Desta forma, é possível analisar as possibilidades de mobilidade como forma de escape de situações de baixa renda ou o impacto da dependência temporal da condição inicial sobre a trajetória profissional dos indivíduos. Os modelos a serem estimados são dados por:

$$\begin{aligned} \text{Condição no mercado de trabalho} = & B_0 + \beta_1 \text{Condição no mercado de trabalho}_{t=0} + \\ & \beta_2 \text{condição no domicílio} + \beta_3 \text{idade} + \beta_4 \text{escolaridade} + \beta_5 \text{área urbana} + \beta_6 \text{grande região} \\ & + \beta_7 \text{região metropolitana} + \beta_8 \text{ano} + u \end{aligned} \quad (10)$$

A condição no mercado de trabalho assume quatro categorias tanto na segunda quanto na primeira entrevista, a saber, ocupação de alta qualidade, ocupação de média qualidade, ocupação de baixa qualidade e desocupação ou inatividade. As demais variáveis de controle são definidas com base na disponibilidade de dados e tomando como referência estudos empíricos de mobilidade ocupacional para o Brasil e na literatura internacional. Trabalhos como Kambourov e Manovskii (2004) mostram, por exemplo, que chefes de domicílio são menos flexíveis para a mudança de ocupação, dada a insegurança de renda que o processo pode ocasionar. Da mesma forma, a experiência ou idade representa um estoque de capital humano específico da ocupação ou da empresa, que dificilmente pode ser reaproveitado em outro emprego, reduzindo a propensão à mobilidade. Já a educação, por captar um estoque de capital humano geral, mais facilmente transferível entre ocupações, tende a facilitar o processo de transição – Menezes Filho e Fernandes (2004). Trabalhadores informais tendem a realizar maior número de transições ocupacionais, conforme mostram Ruesga et al. (2014). Para o presente trabalho, a informalidade é simplificada e captada pela ausência de contribuição à algum instituto de previdência. As demais variáveis controlam características da localidade de residência do trabalhador e do ano analisado, captando fatores da dinâmica regional e macroeconômica nacional⁶. O Quadro 2 apresenta uma descrição das variáveis empregadas no modelo.

⁶ Define-se como categoria base o segmento ocupacional alto na segunda entrevista. As categorias de referência das variáveis explicativas do modelo são: segmento ocupacional alto na primeira entrevista, que não são chefes de domicílio, com idade entre 30 e 39 anos, com ensino fundamental incompleto e que residem em área rural, na região sudeste, fora da região metropolitana e o ano de 2012.

Quadro 2: Definição das variáveis do modelo de probabilidade

Variável	Definição
Condição no mercado de trabalho _{t=0}	Conjunto de dummies para delimitar a condição ocupacional do indivíduo na primeira entrevista.
Condição no domicílio	Dummy para a condição do indivíduo na unidade domiciliar de valor 1 para a pessoa de referência e zero em caso contrário.
Idade	Conjunto de dummies para faixas etárias.
Escolaridade	Dummies para o nível de escolaridade (fundamental incompleto; fundamental completo; médio completo; e superior completo).
Contribuição com a previdência	Dummy de valor 1 se o indivíduo contribui com algum tipo de previdência, pública ou privada.
Subocupação por horas trabalhadas	Dummy de valor 1 para indicar se o indivíduo tem jornada de até 20 horas semanais e está disponível para mais horas de trabalho.
Área urbana	Binária de valor 1 para residentes em áreas urbanas e zero em caso contrário.
Região metropolitana	Dummy de valor 1 para residentes em regiões metropolitanas e zero em caso contrário.
Grande região	Conjunto de dummies para as regiões do país (Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste).
Ano	Conjunto de dummies para os anos da amostra (2012; ...; 2021).

Fonte: Elaboração própria.

O segundo conjunto de modelos considera a probabilidade de mobilidade ou de imobilidade entre cada um dos quatro estados definidos. Desta forma, a variável dependente conta com dezesseis categorias entre a primeira e a segunda entrevista como descrito no Quadro 3.

Quadro 3: Categorias de imobilidade, mobilidade inferior e mobilidade superior

	Primeira Entrevista (t=0)	Segunda Entrevista (t=1)
Imobilidade	Ocupação de alta qualidade Ocupação de média qualidade Ocupação de baixa qualidade Desocupação/Inatividade	Ocupação de alta qualidade Ocupação de média qualidade Ocupação de baixa qualidade Desocupação/Inatividade
Mobilidade inferior	Ocupação de alta qualidade Ocupação de alta qualidade Ocupação de alta qualidade Ocupação de média qualidade Ocupação de média qualidade Ocupação de baixa qualidade	Ocupação de média qualidade Ocupação de baixa qualidade Desocupação/Inatividade Ocupação de baixa qualidade Desocupação/Inatividade Desocupação/Inatividade
Mobilidade Superior	Ocupação de média qualidade Ocupação de baixa qualidade Ocupação de baixa qualidade Desocupação/Inatividade Desocupação/Inatividade Desocupação/Inatividade	Ocupação de alta qualidade Ocupação de alta qualidade Ocupação de média qualidade Ocupação de alta qualidade Ocupação de média qualidade Ocupação de baixa qualidade

Fonte: Elaboração própria.

O modelo a ser estimado é definido na equação (11). Nesse caso, as variáveis explicativas consideradas são sexo/cor, condição no domicílio, idade, escolaridade, além de características da região de residência como área urbana ou rural, grande região, região metropolitana/restante da UF, dummies anuais abarcando todo o período de 2012 a 2021 e, ainda, um termo de erro estocástico. Por sua vez, a variável dependente “mobilidade” é representada por dezesseis dummies conforme as categorias descritas no Quadro 3⁷.

$$\text{Mobilidade} = \gamma_0 + \gamma_1 \text{sexo/cor} + \gamma_2 \text{condição no domicílio} + \gamma_3 \text{idade} + \gamma_4 \text{escolaridade} + \gamma_5 \text{área urbana} + \gamma_6 \text{grande região} + \gamma_7 \text{região metropolitana} + \gamma_8 \text{ano} + \epsilon \quad (11)$$

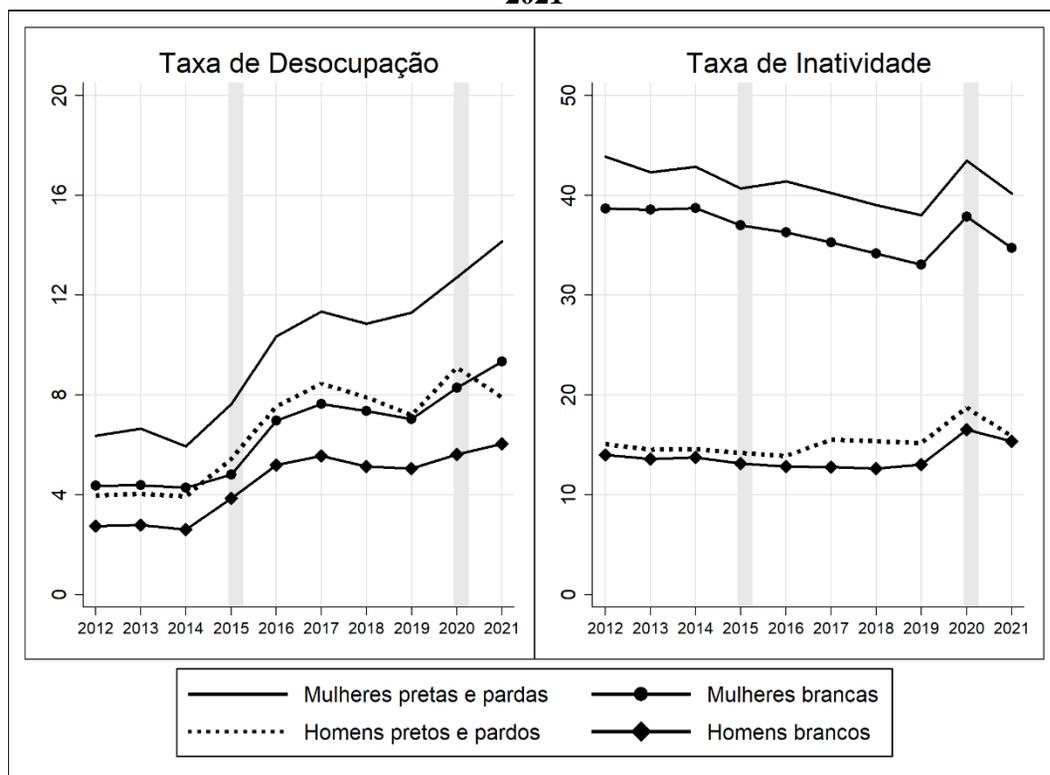
4. Resultados

A partir da crise econômica brasileira, que se iniciou em 2015, o mercado de trabalho apresentou uma tendência generalizada de aumento do percentual de indivíduos desocupados. Esse cenário tornou-se ainda mais alarmante com a pandemia da Covid-19

⁷ Define-se como categoria base a imobilidade na ocupação de alta qualidade entre as entrevistas. As categorias de referência das variáveis explicativas do modelo são: homens brancos, que não são chefes de domicílio, com idade entre 30 e 39 anos, com ensino fundamental incompleto e que residem em área rural, na região sudeste, fora da região metropolitana e o ano de 2012.

em 2020. No entanto, apesar da tendência negativa generalizada, há uma diferença expressiva nos níveis de desocupação segundo sexo e cor, evidenciando ainda uma clara vantagem para os trabalhadores brancos ao passo que as trabalhadoras pretas e pardas apresentam as maiores taxas. Como exemplo, enquanto em 2021 a taxa de desocupação das mulheres pretas e pardas chegou a 14,15%, a dos homens brancos era de 6,04%. Ao comparar os trabalhadores pretos e pardos e as trabalhadoras brancas, nota-se uma sobreposição em que em alguns períodos se evidencia uma maior desigualdade de sexo e em outros uma maior desigualdade de cor. Independentemente, o Gráfico 1 reforça as desigualdades horizontais ainda presentes no mercado de trabalho brasileiro.

Gráfico 1: Taxa de desocupação e taxa de inatividade por sexo e cor, Brasil, 2012-2021



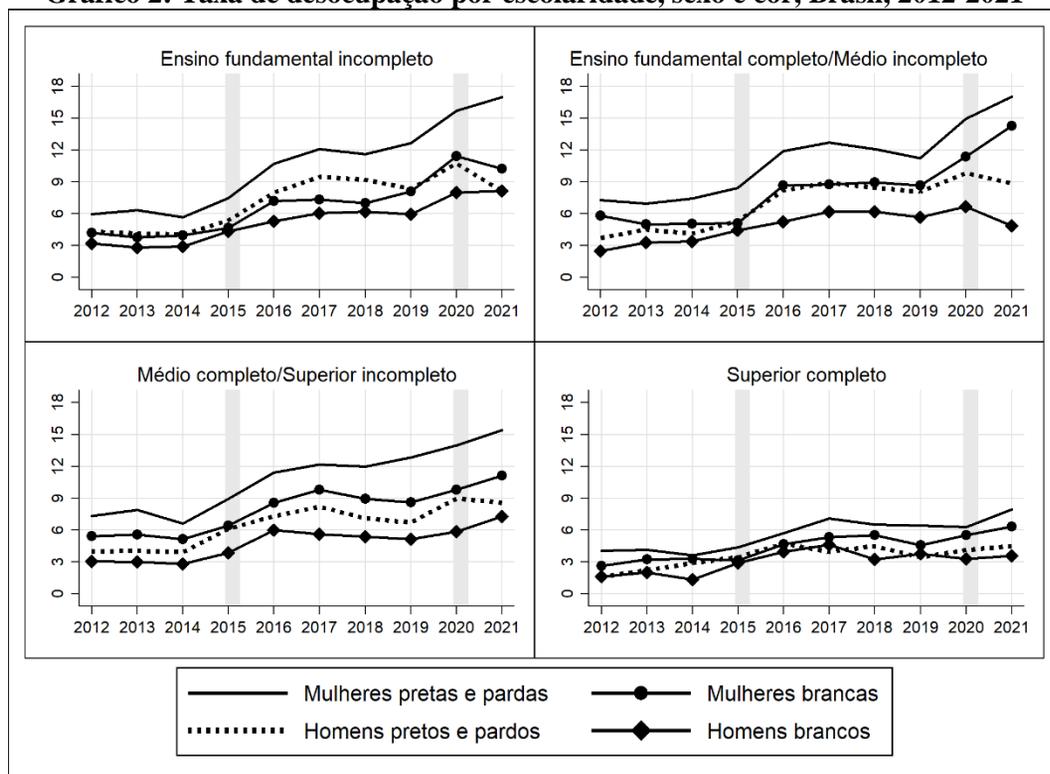
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/T. Os sombreados no gráfico destacam, respectivamente, a crise de 2015 e a pandemia da Covid-19 no Brasil.

Observando a taxa de inatividade, tem-se uma diferença segundo sexo, dado que enquanto as mulheres apresentaram, ao longo do período, uma taxa de inatividade de aproximadamente 40%, os homens apresentaram uma taxa em torno de 12%. Novamente, nota-se que, independentemente do sexo, os pretos e pardos estão em situação pior do que os brancos. Ademais, o aumento nas taxas de desocupação a partir de 2015 foram

acompanhados de uma redução nas taxas de inatividade, sobretudo feminina, sugerindo uma ativação da força de trabalho adicional. Essa tendência se inverte a partir de 2020 com a chegada da pandemia em que se observa um cenário de aumento tanto da taxa de desocupação quanto da inatividade.

O Gráfico 2 apresenta a taxa de desocupação por sexo, cor e nível de escolaridade. De modo geral, mesmo quando as taxas de desocupação são controladas pelos anos de escolaridade, as mulheres negras continuam apresentando as maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho no Brasil. Ademais, a taxa de desocupação diminui na medida em que a escolaridade aumenta: aqueles com ensino superior completo são os que apresentam as menores taxas de desocupação.

Gráfico 2: Taxa de desocupação por escolaridade, sexo e cor, Brasil, 2012-2021

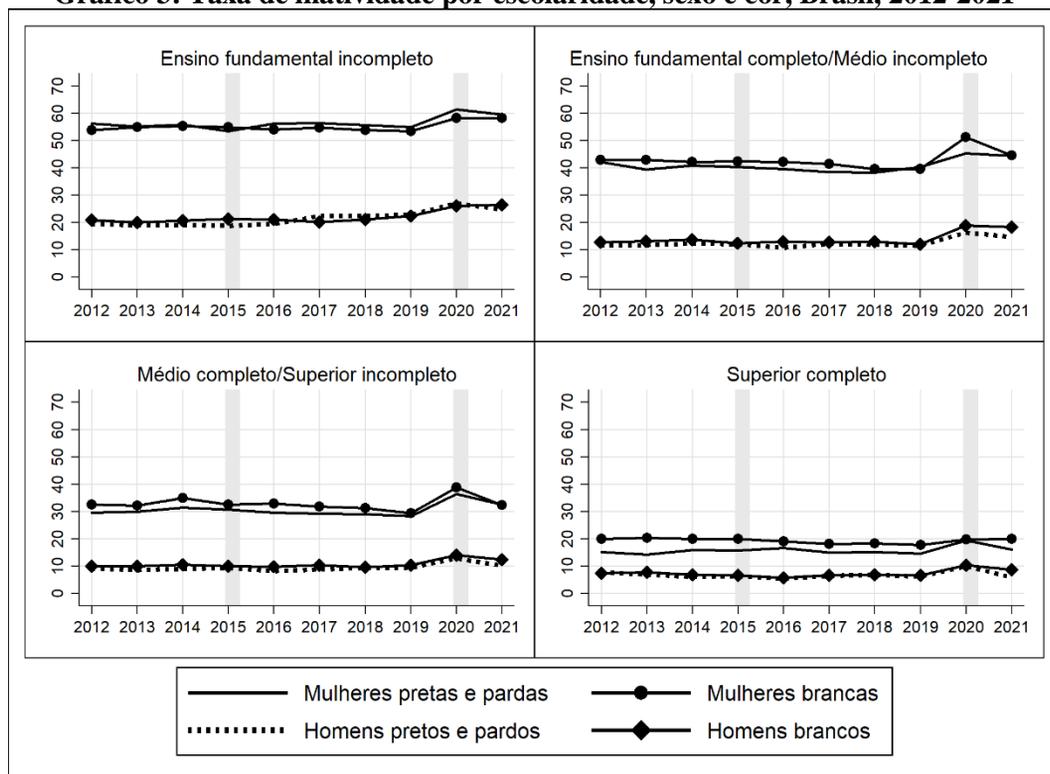


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/T, 2012-2021. Os sombreados no gráfico destacam, respectivamente, a crise de 2015 e a pandemia da Covid-19 no Brasil.

Quando se analisa a taxa de inatividade por grupos de escolaridade (Gráfico 3), tem-se evidências de um diferencial mais expressivo por sexo, com maior similaridade entre indivíduos brancos e pretos e pardos. Além disso, assim como na figura anterior, o aumento da escolaridade implica em menores taxas de inatividade e uma redução no diferencial entre homens e mulheres. Isto é, enquanto as mulheres brancas com ensino fundamental

incompleto apresentavam uma taxa de, aproximadamente, 55% ao longo do período, os homens brancos apresentavam uma taxa de, aproximadamente 25%, resultando em uma diferença de 30 pontos percentuais. Essa diferença entre sexos para indivíduos com ensino superior completo cai para, aproximadamente, 12%. Tais resultados mostram a importância de se analisar com mais detalhes como ocorre tanto a transição dos grupos entre os estados do mercado de trabalho como também os determinantes da entrada em uma dessas situações.

Gráfico 3: Taxa de inatividade por escolaridade, sexo e cor, Brasil, 2012-2021



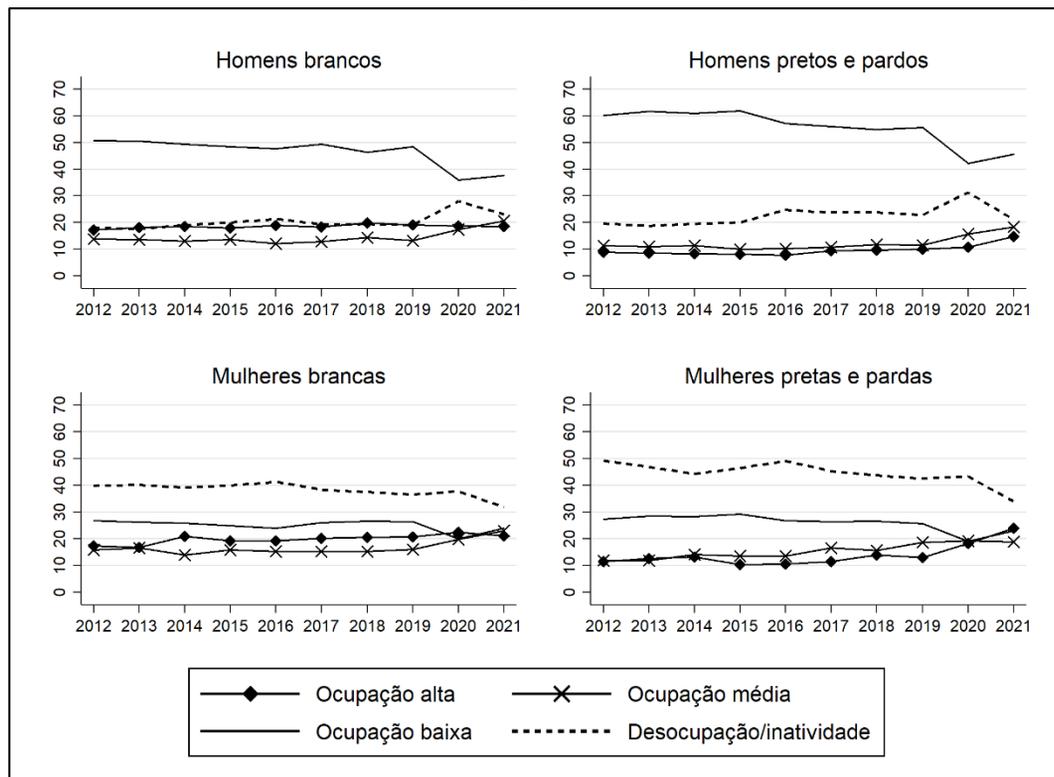
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/T, 2012-2021. Os sombreados no gráfico destacam, respectivamente, a crise de 2015 e a pandemia da Covid-19 no Brasil.

O Gráfico 4 mostra o resultado do modelo multiestado segundo sexo e cor considerando o tempo de permanência em cada estado do mercado de trabalho (ocupação de alta qualidade, ocupação de média qualidade, ocupação de baixa qualidade e desocupação/inatividade) de acordo com a expectativa de vida. Assim, podemos analisar a contribuição percentual da permanência em cada um dos possíveis estados para a esperança de vida total considerando a esperança de vida para todas as idades ou, em outras palavras, examinar a proporção de tempo médio vivido em cada categoria por um indivíduo de uma

coorte hipotética que experimenta, ao longo da vida, as transições de probabilidade observadas ano a ano (Guimarães et al., 2010).

Com relação ao sexo, os homens destacam-se pela maior distribuição de tempo ocupados do que as mulheres. Já em relação à cor, observa-se que os brancos possuem maior distribuição do tempo ocupados do que os pretos e os pardos.

Gráfico 4: Tempo em cada estado do mercado de trabalho, sexo e cor, Brasil, 2012-2021



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/T, 2012-2021.

Além disso, é possível, por exemplo, associar uma ocupação de baixa (alta) qualidade a piores (melhores) tipos de inserção ocupacional, uma vez que estar em uma ocupação de baixa qualidade implica tanto em menor controle sobre a cadeia produtiva, quanto piores condições de trabalho. Apesar de haver limitações nessa classificação de qualidade, a ocupação de um indivíduo é uma boa aproximação da sua posição social no mercado de trabalho e, assim, da estrutura social (JANUZZI, 2000). Portanto, essa análise por tipo de qualidade da ocupação é importante, uma vez que adentra e fornece, a partir da hierarquia social ocupacional, um melhor entendimento das disparidades sociais inerentes no mercado de trabalho brasileiro.

Os resultados indicam que os brancos se destacam pela maior distribuição de tempo em ocupações com alta qualificação quando comparados com os pretos e pardos. Essa análise fica ainda mais evidente quando se analisa por sexo, dado que há uma clara discrepância entre o tempo gasto em ocupações de alta qualidade para mulheres brancas e mulheres pretas e pardas. Ademais, ao analisarmos ao longo do tempo, é perceptível uma constância no tempo gasto por ocupação para os homens, ou seja, maior tempo gasto em ocupações de baixa qualificação, sendo esse tempo maior para os homens pretos e pardos. No que tange ao cenário macroeconômico, nota-se o efeito da pandemia da Covid-19: há uma redução para todos os grupos analisados da proporção do tempo médio em ocupações baixas, diante de um aumento da proporção do tempo médio na desocupação e inatividade no ano de 2020.

Dessa forma, pelo modelo multiestado, as estimativas do tempo médio gasto por cada grupo nos estados do mercado de trabalho incorporando a qualidade das ocupações, desagregadas por cor e sexo e que consideram a expectativa de vida de cada grupo etário, mostram que os brancos se destacam pela maior distribuição de tempo ocupados, e uma vez ocupados, em ocupações com alta qualificação.

Por fim, são estimados modelos logit multinomiais para a probabilidade de se observar um trabalhador em ocupações de maior ou menor nível socioeconômico e desocupação/inatividade, em função de uma série de variáveis de controle. Entre esses fatores, o maior interesse é analisar o papel do estado do mercado de trabalho ou da ocupação na qual ele se encontrava no período anterior, buscando evidências de dependência temporal. A Tabela 2 apresenta as razões de chance para cada estado do mercado de trabalho na segunda entrevista considerando a ocupação em que se encontravam na primeira entrevista e tomando como referência as ocupações de alta qualidade, por sexo e cor no Brasil⁸.

Os resultados evidenciam a imobilidade entre os estados, dado as maiores razões de chance de os indivíduos continuarem na mesma situação que se encontravam no mercado de trabalho na primeira entrevista. Desta forma, a nível de exemplo, trabalhadores em ocupações de qualidade média possuem menores razões de chance de transitar na segunda entrevista para ocupações de baixa qualidade. Além disso, quando se compara o tamanho das razões de chance das variáveis que indicam a posição ocupada no período anterior, é possível constatar que os trabalhadores pretos e pardos possuem uma maior dependência temporal da situação passada, dificultando a saída das categorias ocupacionais de menor qualidade. Esses resultados, portanto, evidenciam não só como há uma dependência temporal entre os estados do mercado de trabalho brasileiro que dificulta a mobilidade ocupacional, como também uma segregação ocupacional por cor, onde trabalhadores pretos e pardos possuem maiores razões de chances de se encontrarem em ocupações de menores qualidades e menores razões de chance de ascenderem no mercado de trabalho para ocupações de melhor qualidade.

⁸ As estimativas completas estão disponíveis mediante solicitação aos autores.

Tabela 2: Razão de chance para cada estado do mercado de trabalho por sexo e cor, Brasil, 2012-2021

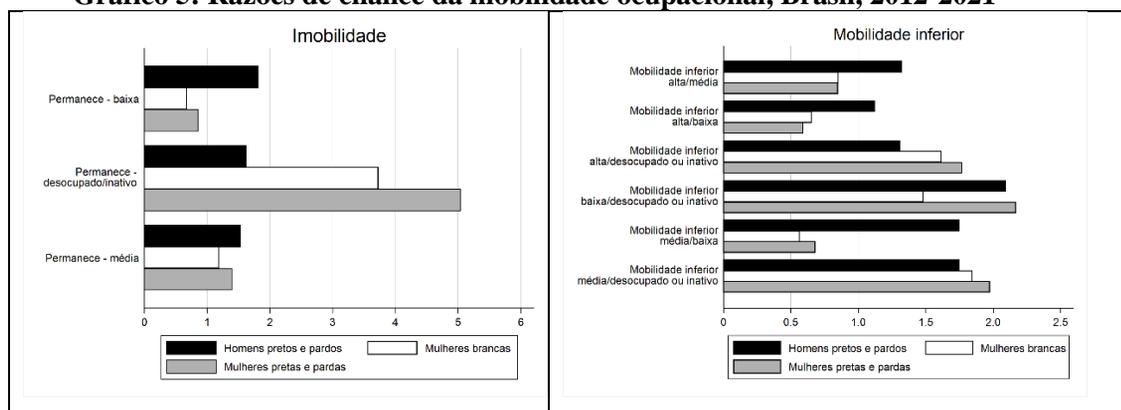
	Ocupação de média qualidade (t=1)	Ocupação de baixa qualidade (t=1)	Desocupação ou inatividade (t=1)
Homens brancos			
Ocupação de média qualidade (t=0)	51,62	6,82	7,04
Ocupação de baixa qualidade (t=0)	6,99	60,15	22,66
Desocupação ou inatividade (t=0)	8,32	25,32	635,31
Homens pretos e pardos			
Ocupação de média qualidade (t=0)	53,04	8,83	8,12
Ocupação de baixa qualidade (t=0)	8,72	88,24	38,44
Desocupação ou inatividade (t=0)	9,35	49,04	716,64
Mulheres brancas			
Ocupação de média qualidade (t=0)	73,68	6,19	7,63
Ocupação de baixa qualidade (t=0)	7,09	83,53	22,80
Desocupação ou inatividade (t=0)	8,31	25,31	566,66
Mulheres pretas e pardas			
Ocupação de média qualidade (t=0)	98,87	8,84	8,22
Ocupação de baixa qualidade (t=0)	8,55	110,45	32,07
Desocupação ou inatividade (t=0)	7,37	35,65	493,31

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/T, 2012-2021.

De forma complementar, é estimado um modelo logit multinomial para a probabilidade de transição entre os quatro estados do mercado de trabalho, conforme definido na equação (11). Os resultados são sintetizados em termos de razões de chance para grupos selecionados no Gráfico 5, tomando como referência a situação de imobilidade em ocupações de mais alta qualidade de homens brancos. Desta forma, os resultados podem ser interpretados em relação à esta categoria e valores abaixo de 1 indicam probabilidade menor em relação a este grupo, enquanto valores acima de 1 indicam que o resultado tem maior chance de ocorrência, quando comparado ao grupo de referência. Por exemplo, o primeiro painel sintetiza os resultados das condições de imobilidade, revelando que homens pretos e pardos apresentam maior probabilidade de permanência em ocupações de menor qualidade. Os três grupos comparados (homens pretos/pardos, e os dois grupos de mulheres segundo cor) apresentam maior chance que o grupo de referência em permanecer nas condições de desocupado/inativo e em ocupações medianas, o que parece confirmar a presença de diferenciais por sexo e cor na capacidade de mobilidade. Da mesma forma, a

mobilidade partindo de ocupações inferiores mostra como o fenômeno pode ser usado como forma de escape de condições mais vulneráveis. Contudo, como mostra o segundo painel do Gráfico 5, as chances de saída para a condição de não ocupação são maiores quando o ponto de partida é uma ocupação de menor nível ou qualidade, principalmente para as mulheres da amostra.

Gráfico 5: Razões de chance da mobilidade ocupacional, Brasil, 2012-2021



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/T, 2012-2021.

5. Considerações finais

Este artigo busca estudar transições no mercado de trabalho brasileiro considerando as condições de desocupação/inatividade e a inserção em ocupações de maior ou menor nível socioeconômico, por sexo e cor, no período entre 2012 e 2021. A partir dos dados da PNADC/T do IBGE, os resultados mostram que indivíduos brancos permanecem uma maior parcela do tempo em ocupações com alta qualificação. Além disso, as estimativas dos modelos logit multinomiais mostram uma dependência temporal significativa da situação ocupacional no período anterior, evidenciando dificuldades para realizar transições entre os segmentos de qualidade socioeconômica considerados. Este resultado é mais expressivo para os trabalhadores pretos e pardos. Desta forma, os resultados apresentados neste artigo mostram evidências de que o país pode assistir a um aumento dos níveis de segregação ocupacional nos próximos anos, dada a maior dificuldade de determinados grupos demográficos em ascender a postos de trabalho de melhor qualidade socioeconômica.

A implicação prática destes resultados é a de que as políticas públicas que visam à equalização das remunerações não devem levar em consideração apenas a situação ocupacional presente dos trabalhadores, mas também devem considerar o nível e a qualidade dos movimentos ocupacionais. Devem considerar não exclusivamente os salários atuais, mas, também, as possibilidades de avanços profissionais e socioeconômicos ao longo do ciclo de vida. A geração de empregos concentrados em postos de trabalho ou

setores de baixa mobilidade em direção a ocupações de melhor status pode apenas acentuar as barreiras já existentes e não gerar uma homogeneidade de oportunidades (Carrijo et al.; 2020). Em outras palavras, uma política ativa de emprego que gere novas vagas e oportunidades somente, ou prioritariamente, em ocupações de pior qualidade socioeconômica podem até ser entendidas como soluções de curto prazo, retirando indivíduos de situações de desemprego e extrema pobreza, pois são as mais baratas para contratação imediata. Mas, no longo prazo, apenas tendem a reproduzir a dinâmica de baixa produtividade da mão de obra, conduzindo a uma perpetuação da desigualdade social entre brancos e pretos e pardos e aumento da segregação ocupacional. Existe, portanto, a real necessidade de se promover políticas públicas de melhor inserção ocupacional, promovendo a entrada ou a mobilidade ascendente para ocupações de perfil social e caminho profissional mais estável. Fica evidenciado, portanto, a importância de se identificar quais são as ocupações mais utilizadas como meio de entrada no mercado de trabalho ou as que são objeto de políticas públicas de geração de emprego, verificando se as mesmas são fontes de mobilidade ascendente ou descendente.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao trabalho dos pareceristas e a ajuda da professora Raquel Rangel de Meireles Guimarães, que foram fundamentais para a melhoria do artigo. Erros e omissões são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Referências bibliográficas

- AMADEO, E.; CAMARGO, J. M.; GONZAGA, G. BARROS, R. E MENDONÇA, R. A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. **Texto para Discussão**, 353. IPEA, Rio de Janeiro, 1994.
- ARAÚJO, V. F., RIBEIRO, E. P. Diferenciais de salários por gênero no Brasil: uma análise regional. **Textos para Discussão** n. 2001/11. UFRGS – PPGE, Porto Alegre, 2001.
- BACHMANN, R.; BECHARA, P.; VONNAHME, Christina. Occupational mobility in Europe: Extent, determinants and consequences. **De Economist**, v. 168, p. 79-108, 2020.
- BARROS, P. B., MENDONÇA, R. S. P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. **Texto para Discussão**, 377. IPEA, , Rio de Janeiro, 1995.
- BARROS, P. B.; MACHADO, A.F.; MENDONÇA, R.S.P. A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero. **Texto para Discussão**, 453. IPEA, Rio de Janeiro, 1997.
- BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S. P.. Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. 2007.

BIRON, L.; MACHADO, D. C.. Maternidade, empreendedorismo e transições no mercado de trabalho no Brasil. In: **50º Encontro Nacional de Economia** – ANPEC, Fortaleza/CE, 2022.

BORGES, C. G. M., Is the Brazilian labour market regressing? An empirical and theoretical analysis of unemployment between 2012 and 2021. **Dissertação (Mestrado em Economia)**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/49909>

CARRIJO, B. C. P. S.; MONSUETO, S. E.; CARDOSO, L. B.. The first job and occupational trajectories: young workers in Brazil between 2002 and 2016. **International Review of Applied Economics**, v. 34, n. 2, p. 235-251, 2020.

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Observatorio Demográfico**, 2017 (LC/PUB.2017/20-P), Santiago, 2017.

CLARK, K.B.; SUMMERS, L.H. Unemployment insurance and labor market transitions. In: SUMMERS, L. H. **Understanding unemployment**. Cambridge: MIT, 1990.

CONTINI, B., VILLOSIO, C. Job change and wage dynamics. **Working Paper Series** nº5, Laboratorio R. Revelli Centre for Employment Studies, 2000.

DAVIA, M.A. Studying the impact of job mobility on wage growth at the beginning of the employment career in Spain. In: **IX Encuentro de Economía Aplicada**, Jaén, 2006.

FITZENBERGER, B., KUNZE, A. Vocational training and gender: wages and occupational mobility among young workers. **Discussion Paper** No. 05-66, ZEW, 2005.

GABRIEL, P.E. An examination of occupational mobility among full-time workers, **Monthly Labor Review**, Bureau of Labor Statistics, 129(9), 32-36, 2003.

GARCIA PEREZ, J.I., SANZ, Y. R. Wages changes through job mobility in Europe: a multinomial endogenous switching approach. **Labour Economics**, Elsevier, 12(2005), p.531-555, 2005.

GOMES, C.E.; LIMA, R.L.; CUNHA, M.S.; VASCONCELOS, M.R. Transições no mercado de trabalho brasileiro e os efeitos imediatos da crise econômica dos anos 2010. **Economia e Sociedade**, v. 28, p. 481-511, 2019.

GUIMARÃES, R.; FIGOLI, M.; OLIVEIRA, A. M. Evidências sobre o tempo e probabilidade de permanência no trabalho decente e na precariedade (2003-2007). **Bahia Análise & Dados**, v. 20, p. 387-402, 2010.

HIGANO, L.T.M.; CARDOSO, L.C.B.; WOLF, R.; SILVA, M.M.C. Uma nota sobre mobilidade ocupacional e diferenças salariais no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v.77, n.1. p.2-14. 2023.

HOLZER, H.J.; LANE, J.I.; VILHUBER, L. Escaping low earnings: the role of employer characteristics and changes. **Discussion Paper** nº 1269-03, Institute of Research on Poverty, 2003.

IBGE. **Série histórica da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar Contínua Trimestral**. Disponível em <www.ibge.gov.br>

JORGE, A. F.; IZHAKI, F. G.; DE OLIVEIRA, L. E. G.; PORCARO, R. M.; COSTA, T. C. N. A., 1984. "Categorias sócio-ocupacionais: uma perspectiva para análise da força de trabalho e da distribuição de rendimentos no Brasil. Anais: **Quarto Encontro Nacional Estudos Populacionais**:77-110. São Paulo, Brasil. 1984

KAMBOUROV, G., MANOVSKII, I. Occupational mobility and wage inequality. **The Review of Economic Studies** 76.2 (2009): 731-759.

MACIEL, F. T.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Informalidade e segmentação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000: uma decomposição quantílica de diferenciais de rendimentos. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, 2018.

MALTSEVA, I. Gender differences in occupational mobility and segregation at the labor market: the case of Russian economy. **Working Paper Series** n. 05/11, Education and Research Consortium, 2005.

MATOS, R. S. E MACHADO, A. F. Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2001). **Revista Econômica**, Universidade Federal Fluminense, 8(1), p.5-27, 2006.

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R. The costs of displacement in Brazil. In **XXVI Encontro Brasileiro de Econometria** (2004): 8-10.

McLAUGHLIN, K.J. A theory of quits and layoffs with efficient turnover, **Journal of Political Economy**, University of Chicago Press, 99(1), 1-29, 1991.

MUNIZ, J. (2020). Multistate life tables using Stata. **The Stata Journal** 20(3): 721-745.

NERI, M.; COELHO, D.; ANCORA, M. y PINTO, A. Aspectos dinâmicos do desemprego e da posição na ocupação. In: **Encontro Nacional de Estudos do Trabalho**, ABET, Rio de Janeiro, 1997.

OLIVEIRA, A. M. H. C. A segregação ocupacional por gênero e seus efeitos sobre os salários no Brasil. In: WAJNMAN, S. e MACHADO, A.F. (Orgs.). **Mercado de trabalho – uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil**, Editora UFMG, Belo Horizonte, pp.121-149, 2003.

OLIVEIRA, A. M. H. C. Indicadores da segregação ocupacional por sexo no Brasil. In: **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1998.

- OLIVEIRA, A. M. H. C., RIBEIRO, P. M. Diferenciais ocupacionais por raça e gênero no mercado de trabalho metropolitano no Brasil. In: **XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1998.
- OSORIO, R. G., Sobre a montagem e a identificação dos painéis da PNAD contínua. 2022.
- PACI, P., SERNEELS, P (Ed.). **Employment and shared growth: rethinking the role of labor mobility for development**. Washington: The World Bank, 2007.
- PARRADO, E. e WOLFF, E. Occupational and industry mobility in the United States, 1969-1992, C.V. **Starr Center for Applied Economics**, New York University, Working Paper 99-20. 1999.
- PARRADO, E.; CANER, A. e WOLF, E. Occupational and industrial mobility in the United States, **Labour Economics**, Elsevier, 14(3), 435-455, 2007.
- PINTO, A., NERI, M. Mobilidade ocupacional e raça: origens, destinos e riscos dos afro-brasileiros. **Série Ensaios Econômicos** n° 392, EPGE/FGV, Rio de Janeiro, 2000.
- RAMOS, L., VIEIRA, M. L. Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes. **Texto para Discussão**, 803, IPEA, Rio de Janeiro, 2001.
- RIBAS, R. P., SOARES, S. S. D. Sobre o painel da pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE: Problemas e soluções para o emparelhamento usando microdados. **Revista Brasileira de Estatística** 70(232): 75–108, 2009.
- RUESGA, S.M.; BICHARA, J.S; MONSUETO, S.E. Movilidad laboral, informalidad y desigualdad salarial en Brasil. **Investigación económica**, v.73, P.63–86. 2014.
- ROGERS, R. G., ROGERS A., and BELANGER, A. (1989). Active life among the elderly in the United States: multistate life-table estimates and population projections. **The Milbank Quarterly** 67(3-4): 370-411.
- SANTOS, R.T.; MONSUETO, S.E.; VARELLA, A.C.N.. Quem fica desempregado primeiro? Uma análise de transição. **Economia e Sociedade**, v. 30, p. 447-466, 2021.
- SOARES, C., OLIVEIRA, S. Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. **Revista Econômica**, Universidade Federal Fluminense, 6(1), p.5-33, 2004.